



Estratégia

CONCURSOS

Aula 04

Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência p/ ABIN

Professor: Ricardo Vale

AULA 04- LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

SUMÁRIO	PÁGINA
1-Palavras Iniciais	1
2- Lei de Acesso à Informação	2 – 34
3- Lista de Questões e Gabarito	35 - 40

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Tudo bem?

Na aula passada, um dos temas estudados foi a segurança da informação! Hoje estudaremos o inverso: a Lei de Acesso à Informação! ☺

A **Lei nº 12.527/2011** foi publicada há cerca de 3 anos, mas já vem dando o que falar! Eu, pessoalmente, já tive bastante trabalho com essa lei... ☺ Sou a favor de criarem um Departamento em cada Ministério só pra cuidar das demandas relativas a essa Lei. Calma! Vocês irão entender melhor sobre o que estou falando ao longo de nossa aula.

Vamos lá, meus amigos! ☺

Um abraço,

Ricardo Vale

"O segredo do sucesso é a constância no objetivo!"

1- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011):

1.1- Introdução:

A Administração Pública é regida por certos **princípios**, alguns dos quais estão explícitos no texto constitucional, mais especificamente no art. 37, *caput*, da CF/88. Segundo o referido dispositivo, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**.

O estudo pormenorizado de cada um desses princípios é objeto da disciplina do Direito Administrativo. Entretanto, no **estudo da Lei de Acesso à Informação (LAI)**, temos que, obrigatoriamente, fazer menção ao **princípio da publicidade**.

Pelo princípio da publicidade, a Administração Pública tem a **obrigação de tornar públicos** os seus atos. Com efeito, a publicidade dos atos administrativos é **requisito de eficácia** dos **atos administrativos gerais e de efeitos externos** ou, ainda, daqueles que **onerem o patrimônio público**. Exemplo de ato geral e de efeito externo é a publicação de uma Portaria: esta somente produzirá seus efeitos (será eficaz) após a publicação no Diário Oficial da União.

Mas ainda há **outra acepção** do princípio da publicidade. Trata-se da obrigação de a Administração Pública dar conhecimento aos administrados (cidadãos) da conduta interna de seus agentes. Com efeito, todos os cidadãos têm o **direito** de receber dos órgãos públicos informações de **interesse particular, de interesse coletivo ou de interesse geral**. O princípio da publicidade evidencia-se, assim, na forma de uma obrigação de **transparência**.

Cabe destacar, também que, somente com a publicidade dos atos administrativos é que **torna-se viável o exercício do controle da Administração**, seja este controle realizado pelos próprios cidadãos (controle social) ou pelos chamados órgãos de controle (CGU e TCU).

1.2- Objetivo e Âmbito de Aplicação:

A Lei de Acesso à Informação é uma forte **manifestação do princípio da publicidade enquanto obrigação de transparência**, visando **regular o acesso a informações** previsto no texto constitucional.

O art. 5º, inciso XXXIII, da CF/88 ilustra muito bem o direito dos cidadãos em obter informações:

Art. 5º

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A partir da leitura do dispositivo supra-transcrito, é possível concluir que os órgãos públicos não precisam fornecer aos cidadãos **toda e qualquer** informação de que disponham. As informações cujo **sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado** não precisam ser fornecidas. Mas exatamente quais seriam essas informações?

Essa é exatamente uma das perguntas que a Lei de Acesso à Informação busca responder...

A Lei de Acesso à Informação também busca dar aplicabilidade plena ao **art. 37, § 3º, inciso II**, da CF/88. Segundo esse dispositivo, a **lei disciplinará** as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente o **acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo**. A "lei" à qual a Constituição Federal faz menção é, atualmente, a Lei de Acesso à Informação.

Não podemos nos olvidar também do **art. 216, § 2º**, da CF/88, segundo o qual, "*cabem à administração pública, **na forma da lei**, a **gestão da documentação governamental** e as providências para **franquear sua consulta** a quantos dela necessitem*". Mais uma vez, a mencionada "lei" é, atualmente, a Lei de Acesso à Informação.

Os **objetivos** da Lei de Acesso à Informação estão relacionados em seu art. 3º:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II-divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III-utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V -desenvolvimento do controle social da administração pública.

O **inciso I** nos evidencia que a publicidade é a regra; o **sigilo é a exceção**, sendo cabível apenas quando for imprescindível para a segurança da sociedade e do Estado.

O **inciso II** nos revela uma obrigação de **transparência ativa**. A Administração Pública não precisa ser provocada para divulgar informações de interesse público; ela deverá fazê-lo de ofício. O art. 8º, da Lei nº 12.527/2011 é enfático nesse sentido:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

A divulgação de informações em sítios oficiais da Internet somente **não é obrigatória** para Municípios com população de **até 10.000 (dez mil) habitantes**.

Em consonância com a obrigação de transparência ativa, o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 7.724/2012, determina que serão **disponibilizados nos sítios dos órgãos e entidades** a "**remuneração e subsídio** recebidos por **ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público**, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme ato do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão." Destaque-se que tal regra **não é aplicável**, entretanto, às **empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União** que atuem em regime de concorrência.

O **inciso III** é compatível com a era da globalização, em que proliferam as redes sociais e os meios de comunicação se tornam cada vez mais ágeis. A Administração Pública deve utilizar-se dos **meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação** para dar cada vez maior transparência aos seus atos.

O **inciso IV** fala em “**cultura de transparência**”. A Administração Pública existe para possibilitar o funcionamento do Estado em benefícios dos cidadãos. Por isso, nada mais natural do que a Administração Pública prestar contas à sociedade, afinal, é dever do administrador público gerir com eficiência os recursos que a sociedade coloca em suas mãos. Um exemplo da “cultura de transparência” é a divulgação na Internet dos salários dos servidores públicos federais.

O **inciso V** se refere ao “**desenvolvimento do controle social**”, assim considerado o controle da Administração Pública exercido pelos próprios cidadãos.

Destaque-se que a LAI **deve ser observada por todos os entes federativos** do Estado brasileiro: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Subordinam-se à LAI: **i)** os órgãos públicos integrantes da **administração direta** dos **Poderes Executivo, Legislativo** (incluindo as Cortes de Contas) e **Judiciário e do Ministério Público**; **ii)** as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios (**administração indireta**). Portanto, a **LAI vincula** tanto a administração direta quanto a administração indireta.

Deve-se destacar, entretanto, que a Lei de Acesso à Informação é uma lei federal de **normas gerais**, podendo os outros entes federativos criar normas específicos. Nesse sentido, dispõe o art. 45, da Lei de Acesso à Informação, que cabe aos **Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios**, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, **definir regras específicas**.

Também estão vinculadas à Lei de Acesso à Informação (LAI) as **entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos** para realização de ações de interesse público. É o caso, por exemplo, das Organizações Sociais (OS) e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), também chamadas de entidades paraestatais.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais,

contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no **caput** refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

Deve-se destacar, todavia, que a publicidade a que estão submetidas as entidades paraestatais é **distinta** da publicidade que alcança toda a administração direta e indireta. A publicidade a que estão sujeitas as entidades paraestatais se refere **unicamente** à **parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação**.

Vejamos como esse assunto pode ser cobrado em prova!



1. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação tem aplicação apenas no âmbito do Poder Executivo federal. Os Estados, Distrito Federal e Municípios podem, entretanto, em legislação própria, definir regras específicas, obedecidas as normas gerais definidas pela Lei nº 12.527/2011.

Comentários:

De fato, os Estados, Distrito Federal e Municípios poderão definir **regras específicas**, obedecidas as normas gerais da Lei de Acesso à Informação (LAI). No entanto, não se pode dizer que a LAI aplica-se apenas ao Poder Executivo federal. Na verdade, ela se aplica aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos. Questão errada.

2. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação também se aplica, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Comentários:

As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público também estão vinculadas à Lei de Acesso à Informação. Questão correta.

3. (Questão Inédita) Em razão da imprescindibilidade de suas atividades para a segurança e defesa nacional, a ABIN não precisa obedecer a Lei de Acesso à Informação.

Comentários:

Todos os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, Judiciário e Ministério Público, devem obedecer a Lei de Acesso à Informação. Em outras palavras, a LAI também se aplica à ABIN. Questão errada.

4. (Questão Inédita) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

Comentários:

É exatamente o que dispõe o art. 8º, caput, da Lei de Acesso à Informação. Questão correta.

5. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação, ao estabelecer como diretriz, para os órgãos públicos, a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, criou uma obrigação de transparência ativa.

Comentários:

A transparência ativa (divulgação de informações de interesse público independentemente de qualquer pleito) é uma das diretrizes da Lei de Acesso à Informação. Questão correta.

6. (Questão Inédita) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Comentários:

É o que dispõe o art. 5º, inciso XXXIII, da CF/88, dispositivo que é regulamentado pela Lei de Acesso à Informação. Questão correta.

7. (Questão Inédita) O fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e o desenvolvimento do controle social são diretrizes da Lei de Acesso à Informação.

Comentários:

Exatamente o que dispõe o art. 3º, incisos IV e V, da LAI. Questão correta.

8. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação criou a obrigação, para os órgãos públicos, de divulgar em local de fácil acesso informações relativas às remunerações dos servidores públicos.

Comentários:

A Lei de Acesso à Informação não criou tal obrigação para os órgãos públicos. Foi o Decreto nº 7.724/2012 que criou tal obrigação no âmbito do Poder Executivo federal. Questão errada.

9. (Questão Inédita) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público estão, para todos os efeitos, vinculadas à LAI.

Comentários:

A publicidade a que estão sujeitas as entidades paraestatais se refere unicamente à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação. Questão errada.

10. (Questão Inédita) Todos os Municípios estão obrigados a divulgar informações de interesse público em sítios oficiais da rede mundial de computadores.

Comentários:

Os Municípios com menos de 10.000 habitantes não estão obrigados a divulgar informações de interesse público em sítios oficiais da Internet. Questão errada.

1.3 – Conceitos:

A Lei nº 12.527/2011 apresenta alguns **conceitos importantes**, os quais estão dispostos em seu art. 4º.

Vejamos quais esses conceitos!

a) Informações são dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato. Um **exemplo** de informação é o total de importações de sapatos realizada pelo Brasil em 2012.

b) Documento é uma **unidade de registro** de informações, qualquer que seja o suporte ou formato. Exemplos de documentos são relatórios, estudos, pareceres, etc.

c) Informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a **segurança da sociedade e do Estado**. Um **exemplo** de informação sigilosa seria a respeito de quais bens foram importados pela ABIN em 2012. Ou, então, o nome das pessoas que foram aprovadas no último concurso da ABIN.

d) Informação pessoal é aquela **relacionada à pessoa natural** identificada ou identificável. Um exemplo de informação pessoal é o faturamento obtido pela empresa XYZ em 2012.

e) Tratamento da informação, por sua vez, é **conjunto de ações** referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.

f) Disponibilidade é qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados. Como exemplo, podemos dizer que o valor da remuneração dos servidores públicos é **informação disponível**, ou seja, pode ser conhecida por qualquer um que acessar o site do Portal da Transparência.

g) Autenticidade é qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema. Trata-se de uma **garantia da origem** da informação.

h) Integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino. Trata-se de uma **garantia contra modificações**.

i) Primariedade: qualidade da informação **coletada na fonte**, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. Exemplo de informação primária é quando a Receita Federal diz qual o montante de tributos arrecadados em 2012.

1.4 – Acesso a Informações e sua divulgação:

O Estado tem o **dever** de garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada mediante **procedimentos objetivos e ágeis**, de forma **transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão**. Nesse sentido, os órgãos e entidades do Poder Público devem assegurar:

- a) **gestão transparente da informação**, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- b) **proteção da informação**, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e
- c) **proteção** da **informação sigilosa** e da **informação pessoal**, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Como se vê, os órgãos e entidades do Poder Público devem, em homenagem ao princípio da transparência, garantir o amplo acesso à informação. No entanto, o **direito de acesso à informação não abrange** as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado e as informações de caráter pessoal.

Sobre esse ponto, vale destacar recente posição do STF, que, nos autos da Reclamação constitucional 14.733/RS, decidiu o seguinte:

*“O direito de acesso a informações públicas **não se sobrepõe** (ao menos aprioristicamente) **ao direito à intimidade, à privacidade e à segurança dos agentes públicos**. Isso porque o direito de acesso à informação, assim como todos os demais direitos fundamentais, **não é absoluto**. Bem ao contrário, é restringível e ponderável quando em conflito com direitos individuais personalíssimos, como aqueles constantes do artigo 5º, X, da Constituição Federal e, sobretudo, a segurança, que ora assume feição de valor supremo (Preâmbulo da Carta da Republica), ora de direito individual e coletivo (artigo 5º caput, da Constituição Federal) e ora de direito social (artigo 6º, caput, da Constituição Federal). A própria Lei de Acesso à Informação assegura, em seu artigo 6º, III, a proteção da informação pessoal (aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, nos termos do artigo 4, IV, da Lei n.º 12.527/2011.”*

Quando **não for autorizado acesso integral** à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é **assegurado o acesso à parte não sigilosa** por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte

sob sigilo. Recordemo-nos de que é diretriz da Lei de Acesso à Informação que a publicação seja a regra e o sigilo, a exceção.

Mas como será assegurado o acesso à informação?

São basicamente **duas maneiras** de se garantir o acesso à informação:

a) Criação de Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) nos órgãos e entidades do Poder Público.

b) Realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.

Deve-se destacar que, diante de um pleito de acesso à informação formulado por um cidadão, **será possível a negativa** do Poder Público. No entanto, a negativa de acesso à informação deverá ser **fundamentada**, sob pena de o responsável sujeitar-se a medidas disciplinares.

É possível, ainda, que tenha ocorrido **extravio da informação** solicitada pelo cidadão. Nesse caso, após ser informado da ocorrência, o interessado (cidadão) poderá requerer à autoridade competente a imediata **abertura de sindicância** para apurar o desaparecimento da documentação. Diante dessa situação, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no **prazo de 10 dias**, **justificar o fato e indicar testemunhas** que comprovem sua alegação.

Vejamos como esse assunto pode ser cobrado em prova!



11. (Questão Inédita) Nos termos da Lei de Acesso à Informação, autenticidade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Comentários:

A assertiva descreve a integridade, que é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino. A autenticidade é uma garantia da origem da informação. Questão errada.

12. (Questão Inédita) O Estado tem o dever de garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante

procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Comentários:

Isso é o que dispõe o art. 5º, da Lei de Acesso à Informação. Questão correta.

13. (Questão Inédita) Segundo a Lei de Acesso à Informação, cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente e a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, gratuidade, primariedade e autenticidade.

Comentários:

Os órgãos e entidades do poder público devem assegurar a proteção da informação, garantindo-se a sua disponibilidade, autenticidade e integridade. Não há qualquer menção na Lei à gratuidade e à primariedade. Questão errada.

14. (Questão Inédita) Os órgãos e entidades do poder público são responsáveis pela proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso

Comentários:

É dever dos órgãos públicos proteger as informações de natureza sigilosa e pessoal. Questão correta.

15. (Questão Inédita) O direito de acesso a informações públicas não se sobrepõe ao direito à intimidade, à privacidade e à segurança dos agentes públicos.

Comentários:

Esse é o entendimento do STF, que está compatível com o art. 6º, inciso III, da LAI, que atribui aos órgãos e entidades do poder público a tarefa de proteger as informações de natureza sigilosa e pessoal. Questão correta.

16. (Questão Inédita) A integridade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Comentários:

A assertiva descreve a primariedade, que é a qualidade da informação coletada na fonte. Integridade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino. Questão errada.

17. (Questão Inédita) O direito de acesso a informações públicas será assegurado, exclusivamente, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão.

Comentários:

A criação de serviço de informações ao cidadão é apenas uma das informações de se assegurar o direito de acesso a informações públicas. Os órgãos públicos também podem fazê-lo por meio da realização de audiências e consultas públicas ou até mesmo através das suas obrigações de transparência ativa. Questão errada.

18. (Questão Inédita) A pleito de acesso à informação poderá ser negado independentemente de motivação.

Comentários:

A negativa de acesso à informação deverá ser fundamentada (deve haver motivação), sob pena de o responsável se sujeitar a medidas disciplinares. Questão errada.

19. (Questão Inédita) Na hipótese de a informação solicitada pelo interessado ter sido extraviada, este poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.

Comentários:

No caso de extravio, o interessado pode solicitar a abertura de investigação a fim de apurar a responsabilidade pelo desaparecimento da documentação. Questão correta.

1.5 – Procedimento de Acesso à Informação:

1.5.1- Pedido de Acesso:

Com a criação da Lei nº 12.527/2011, todos os cidadãos passaram a poder exercer, com efetividade, o **direito subjetivo** de acesso à informação que a Constituição Federal já lhes concedia. É fundamental, nesse contexto, entender os **procedimentos** pelos quais o indivíduo poderá exercer esse direito.

O acesso à informação dar-se-á, portanto, mediante **pedido de acesso**, que poderá ser apresentado por qualquer interessado aos órgãos e entidades abrangidos pela Lei. O pedido de acesso deverá conter a **identificação do requerente** e a **especificação da informação** requerida. Só para ilustrar, você poderá, por exemplo, formular ao CESPE um pedido de acesso à informação que tenha por objetivo saber quais foram os corretores da sua prova discursiva. Ou, então, qual a bibliografia utilizada na elaboração das provas. É claro que as respostas às vezes são genéricas e obstaculizam, de fato, o acesso à informação! ☺

O serviço de busca e fornecimento de informação é **gratuito**, **exceto nas hipóteses de reprodução** de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada (art.12). Nesse caso, será cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. Estará isento desses custos todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

O Poder Público tem a obrigação de apresentar a informação (desde que não seja sigilosa ou pessoal) a qualquer interessado, **não sendo cabível qualquer exigência relativa aos motivos determinantes** da solicitação de informações de interesse público. Em outras palavras, não cabe ao Poder Público perguntar o porquê de o interessado desejar ter acesso à informação. Se o “Zé das Couves” quer saber quais contratos foram celebrados pelo órgão X no biênio 2011-2012, não há que se perguntar por qual razão ele deseja obter essa informação.

A situação ideal, em homenagem ao princípio da transparência, é que, diante de um pedido, o órgão ou entidade pública autorize o **acesso imediato** à informação disponível. Entretanto, **nem sempre será possível conceder o acesso imediato**.

Nesse caso (inviabilidade de concessão de acesso imediato), o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em **prazo não superior a 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias**:

a) comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;

b) indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou

c) comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

Há, portanto, **três alternativas** para o órgão ou entidade.

Se **tiver a informação**, deverá franquear o acesso ao interessado, comunicando-lhe a **data, local e modo para consulta**.¹ Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá **oferecer meios** para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar. O órgão/entidade poderá também informar o **local e a forma** pela qual a informação pode ser obtida. Por exemplo, quando um cidadão pede à Secretaria de Comércio Exterior (lá onde trabalho!) as estatísticas de importação de papel nos últimos três anos, nós informamos ao indivíduo que ele deverá consultar um Sistema de Informações Estatísticas que já está disponível ao público na Internet.

Caso **não tenha a informação**, o órgão/entidade deverá informar ao cidadão qual o **órgão que detém essa informação**, ou ainda, remeter o requerimento a esse órgão, cientificando o interessado desse requerimento. Por exemplo, quando um cidadão pede à Secretaria de Comércio Exterior que informe quais os valores de renúncia tributária em 2011-2012 em razão da concessão de uma determinada isenção fiscal, nós lhe informamos que essa informação deverá ser solicitada ao Ministério da Fazenda.

Por último, pode ocorrer de a informação estar protegida por **sigilo** ou, ainda, tratar-se de **informação pessoal**. Nesse caso, o órgão/entidade irá **recusar** o acesso à informação, devendo indicar as **razões de fato ou de direito da recusa**, total ou parcial, do acesso pretendido. Destaque-se que é **direito do cidadão** obter o **inteiro teor** de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

Se um cidadão solicita à ABIN que informe quais equipamentos tecnológicos de segurança da informação foram adquiridos nos últimos 5 anos, a ABIN irá recusar o acesso e motivará a decisão se apoiando no fato de que trata-se de informação cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Quando o **acesso não for autorizado**, o **requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso**, prazos e condições para sua interposição, indicando-se, ainda, a autoridade competente para apreciá-lo.

1.5.2- Recursos contra a negativa de acesso:

Conforme vimos, há casos em que o órgão ou entidade irão negar o acesso à informação pleiteado pelo interessado. Nessas situações,

¹ A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

existe a possibilidade da apresentação de **recurso administrativo**. O art. 15, da Lei nº 12.527/2011, dispõe que *"no caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no **prazo de 10 (dez) dias** a contar da sua ciência."*

Do exame do art. 15, da Lei nº 12.527/2011, percebe-se que o recurso pode ser apresentado em **duas hipóteses** diferentes. A primeira hipótese é quando for **indeferido o pedido de acesso** a informações; a segunda é quando **não forem explicitadas as razões** da negativa de acesso. Cabe destacar que o recurso deverá ser dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no **prazo de 5 (cinco) dias**.

Uma vez apresentado o recurso, a **autoridade superior poderá indeferi-lo**, negando o acesso à informação. No entanto, o interessado ainda **poderá recorrer** dessa decisão. Nesse ponto, cabe esclarecer que os procedimentos desse novo recurso são **específicos para cada um dos Poderes** (Legislativo, Executivo e Judiciário) do Estado brasileiro.

O art. 18, seguindo essa linha, estabelece o seguinte:

Art. 18. Os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso previsto no art. 15 e de revisão de classificação de documentos sigilosos serão objeto de regulamentação própria dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, em seus respectivos âmbitos, assegurado ao solicitante, em qualquer caso, o direito de ser informado sobre o andamento de seu pedido.

O dispositivo supra-citado não menciona a existência de regulamentação própria no âmbito do Poder Executivo. Não é que não exista **regulamentação específica para o Poder Executivo**. Ela existe, e suas bases estão previstas no art. 16, da Lei nº 12.527/2011:

Art. 16. Negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias se:

I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;

II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;

III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e

IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.


§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, que deliberará no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 2º Verificada a procedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, a que se refere o art. 35.

Uma vez negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, poderá ser apresentado recurso à **Controladoria-Geral da União (CGU)**, que deverá deliberar acerca deste em **5 (cinco) dias** caso tenha ocorrido alguma irregularidade nos procedimentos. É o caso, por exemplo, em que o órgão nega o acesso a informação não classificada como sigilosa. Ou, então, quando não tiverem sido cumpridos os prazos previstos na Lei.

Cabe destacar que, uma vez negado o acesso à informação pela Controladoria-Geral da União (CGU), ainda é possível a **interposição de novo recurso**, a ser direcionado para a **Comissão Mista de Reavaliação de Informações**.

 INDO mais fundo	<p>Para regulamentar a Lei nº 12.527/2011, no âmbito do Poder Executivo Federal, foi editado o Decreto nº 7.724/2012.</p> <p>Com base nesse normativo, verifica-se que, antes de ser apresentado o recurso à CGU, é necessário que o interessado tenha recorrido ao dirigente máximo do órgão ou entidade.</p> <p>Assim, temos as seguintes instâncias recursais:</p> <p>1ª instância recursal: autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.</p> <p>2ª instância recursal: autoridade máxima do órgão ou entidade. Ex: recurso ao Ministro de Estado.</p> <p>3ª instância recursal: Controladoria-Geral da União</p> <p>4ª instância recursal: Comissão Mista de Reavaliação de Informações.</p>
--	---

Por fim, cabe destacar que, aos recursos com amparo na Lei de Acesso à Informação, **aplica-se subsidiariamente**, no que couber, a **Lei nº 9784/99**, que regula o processo administrativo na órbita federal.

Vejamos como esse assunto pode ser cobrado em prova!



20. (Questão Inédita) A Lei nº 12.527/2011 permite, em casos excepcionais, a formulação de pleito de acesso à informação sem a identificação do requerente.

Comentários:

O pleito de acesso à informação deverá conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. Questão errada.

21. (Questão Inédita) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder, sempre que possível, o acesso imediato à informação disponível.

Comentários:

Sempre que possível, o acesso à informação pleiteada será concedido imediatamente. Questão correta.

22. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação veda que o Poder Público faça quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

Comentários:

De fato, o Poder Público não poderá exigir que o requerente apresente os motivos que o levaram a pleitear o acesso à determinada informação de interesse público. Questão correta.

23. (Questão Inédita) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito, não cabendo ao Poder Público exigir o pagamento de taxas como condição para acesso à informação.

Comentários:

A **regra geral** é que o serviço de busca e fornecimento da informação será gratuito. No entanto, nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados. Questão errada.

24. (Questão Inédita) Diante da impossibilidade de conceder acesso imediato à informação pleiteada, o órgão ou entidade pública deverá, em prazo não superior a 20 dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido. Ele poderá, ainda, dentro desse mesmo prazo, comunicar que não possui a informação, devendo, obrigatoriamente, nesse caso, indicar o órgão ou entidade que a detém.

Comentários:

Caso não seja possível conceder o acesso imediato a uma informação, o órgão ou entidade pública tem 20 dias para apresentar as razões da recusa da informação. Caso ele não tenha a informação, deverá indicar ao interessado, dentro desse prazo de 20 dias, que não a possui. No entanto, ele **não é obrigado a indicar** o órgão ou entidade que a detém. Ele somente fará tal indicação caso isso seja de seu conhecimento. Questão errada.

25. (Questão Inédita) Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Comentários:

Exatamente o que dispõe o art. 11, § 4º, da Lei de Acesso à Informação. Questão correta.

26. (Questão Inédita) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da decisão denegatória.

Comentários:

Dois erros no enunciado:

- 1) O prazo para recurso é de 10 dias.

2) O termo inicial para a contagem dos 10 dias é a data da ciência (e não a data da decisão denegatória).

Questão errada.

27. (Questão Inédita) No caso de indeferimento de pleito de acesso à informação, poderá ser dirigido recurso à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

Comentários:

A primeira instância recursal é, de fato, a autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada. Questão correta.

28. (Questão Inédita) Tendo sido negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Comentários:

Quando tiver sido negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, caberá recurso à Controladoria-Geral da União. Negado o acesso à informação pela CGU, poderá ser interposto recurso perante a Comissão Mista de Reavaliação de Informações. Questão errada.

29. (Questão Inédita) Somente poderá ser dirigido recurso à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

Comentários:

Antes de recorrer à CGU, é necessário que o recurso tenha sido submetido à apreciação de **pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior** àquela que exarou a decisão impugnada. Questão correta.

30. (Questão Inédita) No âmbito do Poder Executivo Federal, há previsão para que, antes de apresentação de recurso à Controladoria-Geral da União, seja dirigido recurso à autoridade máxima do órgão ou entidade, que deverá manifestar-se em cinco dias contados do recebimento do recurso.

Comentários:

É o que está previsto no art. 21, parágrafo único, do Decreto nº 7.724/2012. Antes de recorrer à CGU, é necessário recurso à autoridade máxima do órgão. Questão correta.

1.6 – Restrições de Acesso à Informação:

O tema “restrições de acesso à informação” é abordado no Capítulo IV da Lei nº 12.527/2011, em seus art.21 – art.31.

De início, vale destacar que **não poderá ser negado** acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de **direitos fundamentais**. Assim, se a informação for necessária para a proteção de direitos fundamentais em sede judicial ou administrativa, os órgãos e entidades públicas não poderão negar o acesso. Nesse mesmo sentido, informações ou documentos que versem sobre **condutas que impliquem violação dos direitos humanos** praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas **não poderão ser objeto de restrição** de acesso.

Segundo o art. 23, da Lei nº 12.527/2011, são consideradas **imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado** e, portanto, **passíveis de classificação**, as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- a) pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- b) prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- c) pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- d) oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- e) prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- f) prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- g) pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou

h) comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.

Outro tipo de informação sujeita a restrições de acesso são as **“informações pessoais”**. O tratamento dessas informações deve ser feito de **forma transparente** e com respeito à **intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas**, bem como às liberdades e garantias individuais.

As informações pessoais observarão as seguintes disposições:

a) terão seu **acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo** e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a **agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem**; e


b) poderão ter **autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros** diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

É relevante destacar que aquele que obtiver acesso a informações pessoais será responsabilizado por seu uso indevido. Destaque-se que é **dever do Estado controlar o acesso e a divulgação** de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades.

1.7- Classificação de Informações:

A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, **poderá ser classificada** como **ultrassecreta, secreta ou reservada**.


Os **prazos máximos** de classificação, contados da data de produção da informação, são os seguintes: **i)** ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; **ii)** secreta: 15 (quinze) anos; e **iii)** reservada: 5 (cinco) anos. Alternativamente a esses prazos, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a **ocorrência de determinado evento**, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação. Uma vez **transcorrido o prazo** de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de **acesso público**.

	As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
---	--

A **classificação de informações**, no âmbito da administração pública federal, é de **competência**:

a) no **grau ultrassecreto**: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

Observação: A classificação da informação como ultrassecreta pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelos Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.

	Cabe destacar que a autoridade ou outro agente público que classificar informação como ultrassecreta deverá encaminhar a decisão à Comissão Mista de Reavaliação de Informações .
---	---

b) no **grau secreto**: autoridades que têm competência para classificar informações no grau ultrassecreto; e titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.

Observação: A competência para classificar informações no grau ultrassecreto e secreto poderá ser delegada pela autoridade responsável a agente público, inclusive em missão no exterior, vedada a subdelegação.

c) no **grau reservado**: autoridades que têm competência para classificar informações nos graus ultrassecreto e secreto; e autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente.

A classificação de informação em qualquer grau de sigilo deverá ser **formalizada em decisão** que conterá, no mínimo, os seguintes elementos: **i)** assunto sobre o qual versa a informação; **ii)** fundamento da classificação, observados os critérios definidos na Lei; **iii)** indicação do

prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final; **iv)** identificação da autoridade que a classificou.

A classificação das informações será **reavaliada** pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante **provocação ou de ofício**, com vistas à sua **desclassificação** ou à **redução do prazo de sigilo**. Registre-se que desclassificar uma informação significa deixar de tratá-la como sigilosa.

Nesse ponto, nos remetemos ao art. 17, da Lei nº 12.527/2011, que trata de **pedido de desclassificação** de informação feito por interessado.

Art. 17. No caso de indeferimento de pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro de Estado da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

§ 1º O recurso previsto neste artigo somente poderá ser dirigido às autoridades mencionadas depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior à autoridade que exarou a decisão impugnada e, no caso das Forças Armadas, ao respectivo Comando.

§ 2º Indeferido o recurso previsto no **caput** que tenha como objeto a desclassificação de informação secreta ou ultrassecreta, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prevista no art. 35.

Ao analisar o art.17, percebe-se que é possível que algum interessado proceda a **pedido de desclassificação de informação**. A **autoridade classificadora** irá, então, examinar o referido pedido em primeira instância. Como **primeira instância recursal**, o exame do pedido de desclassificação será feito por **autoridade hierarquicamente superior** àquela que exarou a decisão indeferitória. A **segunda instância recursal** será o **Ministro de Estado** da área e a **terceira instância** a **Controladoria-Geral da União**. Ainda é possível um **quarto recurso**, direcionado à **Comissão Mista de Reavaliação de Informações**, cabível apenas se o pedido de desclassificação se referir a informação secreta ou ultrassecreta.

Vejamos como esse assunto pode ser cobrado em prova!



31. (Questão Inédita) São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito

possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.

Comentários:

Exatamente o que prevê o art. 23, inciso I, da Lei nº 12.527/2011. As informações que ponham em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território são passíveis de classificação. Questão correta.

32. (Questão Inédita) A informação em poder dos órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto, reservado ou sigiloso.

Comentários:

Não existe o grau de classificação sigiloso. São três os graus de sigilo: ultrassecreto, secreto e reservado. Questão errada.

33. (Questão Inédita) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas serão objeto de restrição de acesso.

Comentários:

As informações relacionadas à condutas que impliquem violação dos direitos humanos não poderão ser objeto de restrição de acesso. Questão errada.

34. (Questão Inédita) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

Comentários:

É o que prevê o art. 21, caput, da Lei nº 12.527/2011. Questão correta.

35. (Questão Inédita) O prazo máximo de restrição de acesso para as informações classificadas no grau de sigilo ultrassecreto é de 30 anos.

Comentários:

As informações classificadas no grau de sigilo ultrassecreto poderão ter seu acesso restrito por até 25 anos. Questão errada.

36. (Questão Inédita) O prazo máximo de restrição de acesso para as informações classificadas no grau de sigilo secreto é de 15 anos.

Comentários:

Exatamente! Para as informações classificadas no grau de sigilo secreto, o prazo máximo de restrição de acesso é de 15 anos. Questão correta.

37. (Questão Inédita) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

Comentários:

De acordo com o art. 24, § 2º, da Lei nº 12.527/2011, as informações acima mencionadas devem ser classificadas como reservadas. Questão errada.

38. (Questão Inédita) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

Comentários:

Quando chega ao fim o prazo de classificação (período de restrição de acesso), a informação torna-se automaticamente de acesso público. Destaque-se que, alternativamente à definição de prazos, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento. Ocorrendo tal evento, a informação torna-se de acesso público. Questão correta.

39. (Questão Inédita) O Estado tem o dever de controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

Comentários:

De fato, a proteção de informações sigilosas é dever do Estado, que deverá controlar o acesso a estas. Todo aquele que tiver acesso à

informação sigilosa tem a obrigação de resguardar-lhe o sigilo. Questão correta.

40. (Questão Inédita) O Diretor-Geral da ABIN tem competência para classificar uma informação como ultrassecreta.

Comentários:

O Diretor-Geral da ABIN não detém competência para classificar informação como ultrassecreta. As autoridades que possuem competência para classificar informação como ultrassecreta estão relacionadas no art. 27, inciso I, da Lei nº 12.527/2011.

Art. 30. A classificação de informação é de competência:

I - no grau ultrassecreto, das seguintes autoridades:

- a) Presidente da República;
- b) Vice-Presidente da República;
- c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
- d) Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica; e
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior

O Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, por ter *status* de Ministro de Estado, detém competência para classificar informação como ultrassecreta.

Por tudo o que comentamos, a questão está errada.

41. (Questão Inédita) As informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo.

Comentários:

As informações pessoais terão restrição de acesso independentemente de classificação de sigilo. Questão correta.

42. (Questão Inédita) A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo.

Comentários:

É o que prevê o art. 29, caput, da Lei nº 12.527/2011. Questão correta.

43. (Questão Inédita) Não cabe recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações de decisão que indeferiu pedido de desclassificação de informação classificada no grau de sigilo reservado.

Comentários:

Somente caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações se a informação em relação à qual se pleiteava a desclassificação estivesse no grau de sigilo ultrassecreto ou secreto. Assim, não cabe recurso no caso de informação reservada. Questão correta.

1.7- Responsabilidades:

A pergunta que fazemos ao iniciar esse tópico é a seguinte: **quem** pode ser **responsabilizado por condutas contrárias** à Lei de Acesso à Informação?

A responsabilidade por condutas contrárias à Lei de Acesso à Informação (LAI) alcança os **agentes públicos, os militares, os particulares e até mesmo o próprio Poder Público**.

O **art. 32** da Lei nº 12.527/2011 relaciona algumas **condutas ilícitas** que ensejam responsabilidade do **agente público ou militar**. Segundo o referido dispositivo, constituem condutas ilícitas as seguintes:

a) recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

b) utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

c) agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;

d) divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;

e) impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

f) ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

g) destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.


Você não precisa decorar as condutas ilícitas acima relacionadas!

Entretanto, é importante que você faça uma leitura com atenção, percebendo que todas elas são **condutas de natureza dolosa** (intencional) do agente público ou militar. O exemplo mais simples de infração prevista no art. 32 é o de um **servidor público que se nega a fornecer o acesso a informação que não possui caráter sigiloso**. Tal conduta vai totalmente contra o espírito e o sentido da Lei de Acesso à Informação.

As condutas relacionadas no art. 32, atendidos o **princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal**, são consideradas:

a) para fins dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, **transgressões militares médias ou graves**, segundo os critérios neles estabelecidos, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal; ou

b) para fins do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, **infrações administrativas**, que deverão ser apenadas, no mínimo, com suspensão, segundo os critérios nela estabelecidos.

 PRESTE atenção	Além de responder por transgressão disciplinar (no caso de militar) ou infração administrativa (no caso de agente público), o militar ou agente público também poderá responder por improbidade administrativa .
---	---

O **art. 33**, da Lei nº 12.527/2011, por sua vez, trata das penalidades aplicáveis a **pessoas físicas e entidades privadas** que detenham informações em virtude de **vínculo de qualquer natureza com o Poder Público**. Perceba que são destinatários diferentes daqueles a que se refere o art. 32, da LAI.

Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

- I** - advertência;
- II** - multa;
- III** - rescisão do vínculo com o poder público;
- IV** - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- V** - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

O art. 34, a seu turno, é direcionado diretamente ao **Poder Público**. Segundo esse dispositivo, "os **órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados** em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, **assegurado o respectivo direito de regresso**."

Esse dispositivo está em plena consonância com o previsto no art. 37, da CF/88:

Art. 37.....
§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Com base nesse entendimento, verifica-se que existe **responsabilidade objetiva** da Administração Pública quando **um de seus agentes causar dano** em razão de divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou pessoais. No entanto, quando o comportamento do agente tiver sido eivado de **dolo ou culpa**, a Administração Pública poderá exercer seu **direito de regresso** contra ele. Destaque-se que tal regra também se aplica à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

1.8 – Outras Disposições:

O capítulo final da Lei nº 12.527/2011, intitulado "Disposições Finais e Transitórias", traz algumas informações importantes para o nosso exame. Primeiro, trata da Comissão Mista de Reavaliação de Informações; segundo, institui o Núcleo de Credenciamento de Segurança.

A **Comissão Mista de Reavaliação de Informações** tem como função principal **decidir**, no âmbito da administração pública federal, sobre o **tratamento e a classificação** de informações sigilosas. Além disso, possui competência para:

a) requisitar da autoridade que classificar informação como ultrassecreta e secreta esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação;

Comentários: Recorda-se que quando uma autoridade ou agente público **classificar uma informação como ultrassecreta**, a decisão deverá ser **encaminhada** à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

b) rever a classificação de informações ultrassecretas ou secretas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada; e

Comentários: A Comissão Mista de Reavaliação de Informações atua como última **instância recursal** no caso de pedido de desclassificação que tenha por objeto **informações ultrassecretas e secretas**.

A revisão de ofício a que nos referimos deverá ocorrer, **no máximo**, a cada **4 (quatro) após a reavaliação** prevista no art. 39, quando se tratar de informações ultrassecretas ou secretas. Dizemos que a revisão deverá ser feito “no máximo” a cada 4 anos porque, na verdade, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá fazê-la **a qualquer tempo** (art. 39, § 2º)

Segundo o art. 39, os órgãos e entidades públicas deverão **reavaliar as informações** classificadas como ultrassecretas e secretas no **prazo máximo de 2 anos** contados a partir da vigência da Lei nº 12.527/2011.

Assim, temos: **i)** 2 anos após publicada a lei, os órgãos fazem uma reavaliação das informações classificadas como secretas e ultrassecretas; **ii)** depois de, no máximo, 4 anos, é feita revisão de ofício dessas informações pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações; **iii)** a cada período de, no máximo, 4 anos, essa revisão é feita novamente pela Comissão.

c) prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo máximo de 25 anos.

Comentários: O prazo máximo de uma informação ultrassecreta é 25 anos. Se a autoridade classificadora tiver fixado o prazo máximo de uma informação ultrassecreta em 20 anos, por exemplo, esse prazo poderá ser prorrogado até, no máximo, 25 anos. Destaque-se que cabe uma única prorrogação desse prazo.

O **Núcleo de Segurança e Credenciamento** foi também instituído pela Lei nº 12.527/2011. Sobre esse órgão, já estudamos na aula anterior. Ele foi instituído no âmbito do GSI, na condição de **órgão central** de credenciamento.

Art. 37. É instituído, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC), que tem por objetivos:

I - promover e propor a regulamentação do credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; e

II - garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais a República Federativa do Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional, sem prejuízo das atribuições do Ministério das Relações Exteriores e dos demais órgãos competentes.

Por último, cabe ressaltar que a **Controladoria-Geral da União (CGU)** é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela **promoção da cultura da transparência** e conscientização do **direito fundamental de acesso à informação**. Sobre isso, destacamos o art. 68, do Decreto 7.724/2012:

Art. 68. Compete à Controladoria-Geral da União, observadas as competências dos demais órgãos e entidades e as previsões específicas neste Decreto:

I - definir o formulário padrão, disponibilizado em meio físico e eletrônico, que estará à disposição no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades, de acordo com o § 1º do art. 11;

II - promover campanha de abrangência nacional de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização sobre o direito fundamental de acesso à informação;

III - promover o treinamento dos agentes públicos e, no que couber, a capacitação das entidades privadas sem fins lucrativos, no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública;

IV - monitorar a implementação da Lei nº 12.527, de 2011, concentrando e consolidando a publicação de informações estatísticas relacionadas no art. 45;

V - preparar relatório anual com informações referentes à implementação da Lei nº 12.527, de 2011, a ser encaminhado ao Congresso Nacional;

VI - monitorar a aplicação deste Decreto, especialmente o cumprimento dos prazos e procedimentos; e

VII - definir, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, diretrizes e procedimentos complementares necessários à implementação da Lei nº 12.527, de 2011.

Vejamos como esse assunto pode ser cobrado em prova!



44. (Questão Inédita) Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.

Comentários:

Trata-se de conduta ilícita, prevista no art. 32, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011. Questão correta.

45. (Questão Inédita) A responsabilidade pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas é pessoal, imputável diretamente ao agente público.

Comentários:

Os **órgãos e entidades públicas** é que respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais. Trata-se da **responsabilidade objetiva** da Administração Pública pelos danos causados por seus agentes. É claro, caberá direito de regresso contra o responsável pelo dano, no caso de dolo ou culpa. Questão errada.

46. (Questão Inédita) A Comissão Mista de Reavaliação de Informações tem competência para decidir, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas. Nesse sentido, a ela compete requisitar da autoridade que classificar informação em qualquer grau de sigilo esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação.

Comentários:

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações somente poderá requisitar esclarecimento ou conteúdo (integral ou parcial) da informação se esta tiver sido classificada como secreta ou ultrassecreta.
Questão errada.

47. (Questão Inédita) A reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas somente pode ser feita a cada 2 anos pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

Comentários:

A reavaliação de informações pode ser revista a qualquer tempo pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações. Questão errada.

48. (Questão Inédita) Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo máximo de 25 anos.

Comentários:

É o que dispõe o art. 35, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011.
Questão correta.

LISTA DE QUESTÕES

1. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação tem aplicação apenas no âmbito do Poder Executivo federal. Os Estados, Distrito Federal e Municípios podem, entretanto, em legislação própria, definir regras específicas, obedecidas as normas gerais definidas pela Lei nº 12.527/2011.
2. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação também se aplica, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
3. (Questão Inédita) Em razão da imprescindibilidade de suas atividades para a segurança e defesa nacional, a ABIN não precisa obedecer a Lei de Acesso à Informação.
4. (Questão Inédita) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
5. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação, ao estabelecer como diretriz, para os órgãos públicos, a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, criou uma obrigação de transparência ativa.
6. (Questão Inédita) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
7. (Questão Inédita) O fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e o desenvolvimento do controle social são diretrizes da Lei de Acesso à Informação.
8. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação criou a obrigação, para os órgãos públicos, de divulgar em local de fácil acesso informações relativas às remunerações dos servidores públicos.
9. (Questão Inédita) As entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para a realização de ações de interesse público estão, para todos os efeitos, vinculadas à LAI.

- 10. (Questão Inédita) Todos os Municípios estão obrigados a divulgar informações de interesse público em sítios oficiais da rede mundial de computadores.**
- 11. (Questão Inédita) Nos termos da Lei de Acesso à Informação, autenticidade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.**
- 12. (Questão Inédita) O Estado tem o dever de garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.**
- 13. (Questão Inédita) Segundo a Lei de Acesso à Informação, cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a gestão transparente e a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, gratuidade, primariedade e autenticidade.**
- 14. (Questão Inédita) Os órgãos e entidades do poder público são responsáveis pela proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso**
- 15. (Questão Inédita) O direito de acesso a informações públicas não se sobrepõe ao direito à intimidade, à privacidade e à segurança dos agentes públicos.**
- 16. (Questão Inédita) A integridade é a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.**
- 17. (Questão Inédita) O direito de acesso a informações públicas será assegurado, exclusivamente, mediante a criação de serviço de informações ao cidadão.**
- 18. (Questão Inédita) A pleito de acesso à informação poderá ser negado independentemente de motivação.**
- 19. (Questão Inédita) Na hipótese de a informação solicitada pelo interessado ter sido extraviada, este poderá requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.**
- 20. (Questão Inédita) A Lei nº 12.527/2011 permite, em casos excepcionais, a formulação de pleito de acesso à informação sem a identificação do requerente.**

21. (Questão Inédita) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder, sempre que possível, o acesso imediato à informação disponível.

22. (Questão Inédita) A Lei de Acesso à Informação veda que o Poder Público faça quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

23. (Questão Inédita) O serviço de busca e fornecimento da informação será sempre gratuito, não cabendo ao Poder Público exigir o pagamento de taxas como condição para acesso à informação.

24. (Questão Inédita) Diante da impossibilidade de conceder acesso imediato à informação pleiteada, o órgão ou entidade pública deverá, em prazo não superior a 20 dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido. Ele poderá, ainda, dentro desse mesmo prazo, comunicar que não possui a informação, devendo, obrigatoriamente, nesse caso, indicar o órgão ou entidade que a detém.

25. (Questão Inédita) Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

26. (Questão Inédita) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 (quinze) dias a contar da decisão denegatória.

27. (Questão Inédita) No caso de indeferimento de pleito de acesso à informação, poderá ser dirigido recurso à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.

28. (Questão Inédita) Tendo sido negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, caberá recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações.

29. (Questão Inédita) Somente poderá ser dirigido recurso à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.

30. (Questão Inédita) No âmbito do Poder Executivo Federal, há previsão para que, antes de apresentação de recurso à

Controladoria-Geral da União, seja dirigido recurso à autoridade máxima do órgão ou entidade, que deverá manifestar-se em cinco dias contados do recebimento do recurso.

31. (Questão Inédita) São passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.

32. (Questão Inédita) A informação em poder dos órgãos e entidades, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada no grau ultrassecreto, secreto, reservado ou sigiloso.

33. (Questão Inédita) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas serão objeto de restrição de acesso.

34. (Questão Inédita) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

35. (Questão Inédita) O prazo máximo de restrição de acesso para as informações classificadas no grau de sigilo ultrassecreto é de 30 anos.

36. (Questão Inédita) O prazo máximo de restrição de acesso para as informações classificadas no grau de sigilo secreto é de 15 anos.

37. (Questão Inédita) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificadas como ultrassecretas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

38. (Questão Inédita) Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.

39. (Questão Inédita) O Estado tem o dever de controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

- 40. (Questão Inédita) O Diretor-Geral da ABIN tem competência para classificar uma informação como ultrassecreta.**
- 41. (Questão Inédita) As informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo.**
- 42. (Questão Inédita) A classificação das informações será reavaliada pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante provocação ou de ofício, nos termos e prazos previstos em regulamento, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo.**
- 43. (Questão Inédita) Não cabe recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações de decisão que indeferiu pedido de desclassificação de informação classificada no grau de sigilo secreto.**
- 44. (Questão Inédita) Constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público ou militar divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal.**
- 45. (Questão Inédita) A responsabilidade pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas é pessoal, imputável diretamente ao agente público.**
- 46. (Questão Inédita) A Comissão Mista de Reavaliação de Informações tem competência para decidir, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas. Nesse sentido, a ela compete requisitar da autoridade que classificar informação em qualquer grau de sigilo esclarecimento ou conteúdo, parcial ou integral da informação.**
- 47. (Questão Inédita) A reavaliação das informações classificadas como ultrassecretas e secretas somente pode ser feita a cada 2 anos pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações.**
- 48. (Questão Inédita) Compete à Comissão Mista de Reavaliação de Informações prorrogar o prazo de sigilo de informação classificada como ultrassecreta, sempre por prazo determinado, enquanto o seu acesso ou divulgação puder ocasionar ameaça externa à soberania nacional ou à integridade do território nacional ou grave risco às relações internacionais do País, observado o prazo máximo de 25 anos.**

GABARITO

1. E	11. E	21. C	31. C	41. C
2. C	12. C	22. C	32. E	42. C
3. E	13. E	23. E	33. E	43. C
4. C	14. C	24. E	34. C	44. C
5. C	15. C	25. C	35. E	45. E
6. C	16. E	26. E	36. C	46. E
7. C	17. E	27. C	37. E	47. E
8. E	18. E	28. E	38. C	48. C
9. E	19. C	29. C	39. C	
10. E	20. E	30. C	40. E	